

Engenho e Arquitetura. Morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco

Geraldo Gomes

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor pela FAU-USP

A sociedade colonial brasileira, nos seus dois primeiros séculos de existência, teve seu comportamento ditado, em grande parte, pelas soluções encontradas para os problemas da produção do açúcar de cana. Essa cultura, na realidade, foi o que justificou a colonização do Brasil pois, em meados do século XVI, os portugueses já não tinham muitas esperanças de encontrar os metais preciosos que os espanhóis haviam achado em mãos das civilizações incas, maias e astecas.

As circunstâncias em que foi implantada a manufatura do açúcar no nordeste brasileiro marcaram indelevelmente a sociedade brasileira e significaram muito pouco no que se pode considerar como processo civilizatório.

Na medida em que a produção do açúcar no Brasil colonial subordinou-se às oscilações do mercado internacional a terra e a gente brasileira serviram somente de instrumento para alcançar as metas econômicas da coroa portuguesa.

Do ponto de vista da técnica utilizada para a cultura da cana e manufatura do açúcar não houve evolução significativa durante todo o período colonial, isto é, quase três séculos. Somente a partir do século XIX, assim mesmo timidamente, novas técnicas foram introduzidas no país, principalmente oriundas das Antilhas francesas e inglesas, quando não das próprias metrópoles desses povos.

O isolamento a que foi submetido a colônia do Brasil foi tal que, no que diz respeito à documentação sobre a nature-

za da arquitetura que aqui se realizou naquele período, o único registro considerável deve-se aos holandeses, quando ocuparam Pernambuco por um breve período de vinte e quatro anos.

O meio físico em Pernambuco, caracterizado pela Mata Atlântica e por saudáveis rios foi se degenerando contínua e inexoravelmente. A mata foi totalmente devastada para dar lugar à cultura da cana e para fornecer a lenha que alimentou as fornalhas dos engenhos. As culturas agrícolas, que já não eram tão diversificadas, desapareceram por completa, absorvidas pela cana. Os rios, que originalmente serviam de força motriz para as moendas e de transporte para o açúcar produzido, foram reduzidos, a receptáculos dos dejetos industriais das usinas que começaram a se instalar na região a partir de fins do século passado.

A escravidão, a princípio malsucedida e em pequena escala dos nativos foi logo substituída e em tais proporções pela escravidão de africanos que passou a se constituir na marca mais notável da sociedade que se formou em Pernambuco. A propriedade de escravos, como evidência de status, viria a deformar a personalidade, não somente do dono como também do escravo de uma forma tão radical que ainda hoje se reflete na estrutura da sociedade livre da região.

O senhor de engenho, tradicionalmente retratado com sua aura de poder, de fato, em muitos casos, foi presa fácil dos comerciantes da cidade, donos do

capital e açambarcadores dos negócios de exportação de açúcar. Dai a maneira heterogênea como se manifesta a arquitetura rural e a diversidade dos tipos, mais condicionada pelas posses do que pelos gostos dos senhores de engenho.

Quanto à localização dos engenhos, a proximidade dos rios foi um forte condicionante até meados do século XIX, quando começaram a surgir as primeiras estradas de ferro e intensificou-se a utilização da energia a vapor também para movimentar as moendas. A partir de uma implantação mais orgânica os edifícios dos engenhos foram se dispondo no terreno de uma maneira mais racional, provavelmente seguindo modelos franceses. Como em todos os arranjos e edifícios eram sempre independentes entre si, os sistemas construtivos não foram, obrigatoriamente, os mesmos para todas as unidades de um mesmo engenho. Do conjunto de edifícios que compunham o engenho, quatro destacam-se por sua permanência: o *engenho* propriamente dito, também, chamado de *fábrica* ou *moita*, a *casa-grande*, a *senzala* e a *capela*. Essa última foi sempre construída com os materiais mais duráveis - alvenaria de pedra ou de tijolos - indicando o seu valor simbólico a se sobrepor às vicissitudes dos senhores de engenho. Todos os demais edifícios poderiam ser provisórios e isto se mostrava até nos materiais com que eram construídos. A imagem, portanto, de fortalezas que se procurou difundir em analogia com as casas-grandes dos engenhos pernambucanos se aplica somente a alguns poucos e excepcionais casos.

Neste quadro de uma arquitetura funcional que se realizou dentro dos restritos limites das possibilidades econômicas dos senhores de engenho os tipos não apresentam grandes diferenças entre si. Assim, por exemplo, a arquitetura da fábrica, manteve-se praticamente a mesma até meados do século XIX, quando se adaptou para receber os novos equipamentos.

A habitação dos escravos foi um

outro exemplo de permanência e imutabilidade o que poderia se explicar pela estabilidade das relações sociais.

A rigor só podemos falar em arquitetura, enquanto realização que atende a alguma satisfação estática além da funcionalidade, conforto e estabilidade estrutural, quando tratamos das casas-grandes e das capelas dos engenhos pernambucanos.

Não temos condições de asseverar que conhecemos todos os tipos de arquitetura das casas grandes e capelas devido a já citada escassez de documentação bibliográfica e iconográfica referente ao período colonial. Pernambuco tem, porém, o privilégio de ter sido ocupado pelos holandeses num curtíssimo período de tempo (1630-1654) em que pintores holandeses documentaram, com maestria, cenas de nossas paisagens urbanas e rurais. Com esses fragmentos preciosos e exclusivos de documentação iconográfica e com os textos contemporâneos foi possível identificar tipos de arquitetura que, provavelmente devido ao lento processo de transformação da sociedade colonial, se reproduziram sem grandes modificações. A segunda grande fonte de informações para a caracterização da arquitetura dos engenhos foram os relatos dos viajantes e residentes estrangeiros do século XIX, com destaque para *Graham*, *Debret*, *Vauthier*, *Koster* e *Tolenare*.

A terceira grande fonte de informações foi o levantamento de campo realizado em 150 engenhos, todos situados na Zona da Mata de Pernambuco. A análise desses dados permitiu a identificação de três grupos distintos de partidos arquitetônicos para as capelas e sete para as casas-grandes. Nenhum desses tipos foi reconhecido como autóctone de Pernambuco e do Brasil. Pesquisas realizadas na Biblioteca do *British Museum* de Londres, na Biblioteca Nacional de Paris e na Biblioteca Nacional de Havana, visando conhecer as realizações arquitetônicas dos engenhos de açúcar das Antilhas levaram-nos a concluir pelo cruzamento de influências das mais di-

versas origens para caracterizar os tipos encontrados no Brasil. Assim, aquilo que não é de origem portuguesa não é, obrigatoriamente, uma criação brasileira.

O fato desta arquitetura não se notabilizar pelos seus autores dispensou a tradicional pesquisa histórica em torno de nomes e definiu a orientação pela caracterização tipológica.

A casa-grande, edifício que mais se modificou ao longo da história de quatro

séculos dos engenhos pernambucanos de açúcar, assumiu várias formas segundo as circunstâncias locais de disponibilidades de materiais construtivos, necessidades e limitações de seus proprietários. Devido a essa diversidade tornou-se impossível identificá-la como um clássico de nossa arquitetura rural. Embora a desmistificação dessa arquitetura não tenha sido nossa intenção primeira, resultou naturalmente.